
SERTÃO DOS CURRAIS: configurações produtivas da pecuária e das atividades agroalimentares do queijo coalho no Território da Bacia Leiteira/Alagoas¹

HINTERLAND OF STABLES: productive configurations of cattle breeding and the agrifood activities of curd cheese in the Territory of the Dairy Basin/Alagoas

José Natan Gonçalves da Silva

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil
natanufs@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, SE, Brasil
soniamendoncamenezes@gmail.com

Resumo

A expansão da pecuária no semiárido alagoano ocorreu aliada à constituição de latifúndios. Todavia, processos de compra e venda da terra entre pequenos e grandes proprietários, bem como, a reestruturação fundiária refletida na criação de assentamentos rurais, possibilitaram, também, a formação de estabelecimentos agropecuários mantidos por pequenos criadores de gado. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas da pecuária e da produção agroalimentar do queijo coalho protagonizadas por agricultoras e agricultores familiares no Território da Bacia Leiteira – TBL, semiárido de Alagoas. A metodologia está embasada em pesquisas bibliográficas, análise documental e estatística sobre a estrutura fundiária e agropecuária do território e investigações de campo junto a 50 agricultores familiares. A pesquisa de campo fundamenta-se na técnica *snowball* e na aplicação de entrevistas semiestruturadas. Os resultados denotam que a emergência de pequenos pastores de gado e de assentados da reforma agrária viabilizou a incorporação das práticas da pecuária pela agricultura familiar, que realiza, concomitantemente, as atividades da bovinocultura leiteira e da produção e comercialização do queijo coalho.

Palavras-chave: Pecuária leiteira. Produção agroalimentar. Agricultura familiar. Queijo coalho. Semiárido de Alagoas.

¹ Este artigo resulta de uma leitura revisada e ampliada das discussões realizadas, *a priori*, na tese de doutorado intitulada: “Territórios queijeiros: tradição e ressignificação no Sistema Agroalimentar do Leite em Alagoas” defendida em 2021 no PPGeo/UFS.

Abstract

The expansion of cattle ranching in the semi-arid region of Alagoas occurred together with the constitution of latifundium. However, processes of buying and selling of land between small and large owners, as well as land restructuring reflected in the creation of rural settlements, also enabled the formation of agricultural establishments maintained by small cattle ranchers. In view of this, this article aims to analyze the dynamics of livestock farming and the agrifood production of curd cheese carried out by family farmers in the Territory of the Dairy Basin - TDB, semi-arid region of Alagoas. The methodology is based on bibliographic research, documental and statistical analysis of the land and agricultural structure of the territory, and field research with 50 family farmers. The field research is based on the snowball technique and on the application of semi-structured interviews. The results show that the emergence of small cattle herders and agrarian reform settlers enabled the incorporation of cattle-raising practices by family agriculture, which concomitantly performs the activities of dairy cattle breeding and the production and commercialization of curd cheese.

Keywords: Dairy Cattle. Agrifood production. Family farming. Curd cheese. Semi-arid region of Alagoas.

Introdução

A bovinocultura no sertão de Alagoas está vinculada ao processo histórico de expansão da pecuária extensiva no semiárido nordestino desde o contexto da colonização portuguesa. Embora demonstre ressignificações produtivas no espaço-tempo, “a pecuária é hoje, como foi no passado, a grande riqueza do Sertão” (ANDRADE, 2011, p.198). Ainda pertinente na atualidade, a afirmativa proferida em 1968 por Manuel Correia de Andrade denota a relevância dessa atividade na dinâmica social, cultural e econômica dos sertões do Nordeste.

Destinada inicialmente à produção de carne, a pecuária no semiárido de Alagoas transformou-se, gradativamente, em uma prática associada à bovinocultura leiteira. Aliada a essa atividade, estimulou-se, também, a produção agroalimentar de derivados de leite. Assim, o objetivo deste artigo consiste em analisar as dinâmicas da pecuária e da elaboração do queijo coalho protagonizadas por agricultoras e agricultores familiares no Território da Bacia Leiteira – TBL.

A metodologia está fundamentada em revisões teóricas e na análise documental de relatórios e planilhas estatísticas sobre a estrutura fundiária e agropecuária do TBL.

Também foram realizadas pesquisas de campo no ano de 2019 e em 2020, após a flexibilização das medidas emergenciais de prevenção à Covid-19. Dentre os segmentos de agricultores familiares investigados, foram definidos como sujeitos alvos das pesquisas os pequenos criadores de gado que realizam, paralelamente, a produção de leite e a elaboração artesanal de queijo coalho. Nessa etapa, efetuou-se a aplicação de entrevistas semiestruturadas junto a 50 produtores rurais.

A definição da amostra descortinou-se pelo uso da técnica *snowball* (VINUTO, 2014). Conforme demonstrado pela autora, nesse procedimento metodológico o número de entrevistados é limitado a saturação de informações repassadas pelos indivíduos. Assim, a amostra foi concluída à medida que os novos nomes indicados não trouxeram novas informações ao quadro de análise. Durante as atividades de campo, foram utilizados informantes-chaves que, de acordo com suas redes de proximidade, indicaram possíveis entrevistados com perfil necessário à execução da pesquisa.

A utilização da concepção de território nas análises deste artigo coaduna com as contribuições de Raffestin (1993) sobre essa categoria, ao defini-la como o espaço apropriado por atores sintagmáticos que se territorializam mediante ações concretas e abstratas que estão situadas na dimensão das representações sociais e simbólicas. As ações dos atores alvos da pesquisa traduzem diferentes projeções sobre o território, que estão atreladas à lógica de reprodução social, cultural e econômica.

Foi escolhido como recorte espacial o Território da Bacia Leiteira – TBL, composto por 11 municípios do semiárido alagoano. Criado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, no contexto da política de formação dos Territórios da Cidadania do governo Lula (2003-2010), o TBL possui uma estrutura produtiva alicerçada na bovinocultura leiteira e na elaboração, comercialização e consumo de derivados de leite (SILVA, 2021).

Com a finalidade de ampliar as discussões iniciadas nesta introdução, as abordagens deste artigo seguem estruturadas em duas seções: na primeira, realiza-se uma análise da dinâmica da pecuária no TBL, antevendo para as interfaces sociais e produtivas dessa atividade no território e, na segunda, reporta-se para as estratégias de reprodução social desempenhadas pelos segmentos da agricultura familiar, que realizam de forma combinada a produção de leite e a elaboração artesanal de queijo coalho.

“Criar gado é o meio de vida no sertão”: as interfaces da pecuária na configuração produtiva do TBL

Desde o processo de colonização portuguesa a pecuária constituiu a principal atividade difundida nos sertões nordestinos do Brasil, resistindo, inclusive, às crises motivadas pela expansão da bovinocultura no centro-sul do país (ABREU, 1963; PRADO JÚNIOR, 2011), bem como, à perpetuação da política da seca (AZEVEDO, 2007) que, periodicamente, desorganiza a estrutura social e econômica do semiárido.

Até meados do século XX, a pecuária desenvolvida no sertão do Nordeste baseou-se na criação do gado “pé-duro” ou “crioulo”. Conforme Abreu (1963) e Andrade (2011), consistiam em reses adaptadas às condições climáticas do semiárido que durante a estiagem, por ocasião da ausência de pastos, eram deslocadas para os “pés-de-serra” – onde as pastagens eram mais abundantes – ou entremeadas à caatinga, que lhes fornecia como alimento diversas espécies vegetais do bioma.

Para Moreira (2014), a criação de gado nos sertões foi potencializada pela própria estrutura econômica necessária ao seu desenvolvimento, que praticamente abolia capitais fixo e circulante. Mesmo com predomínio do manejo extensivo de bovinos crioulos, na segunda metade do século XX alguns estabelecimentos ensaiavam o processo de melhoramento genético dos rebanhos (ANDRADE, 2011). No estado de Alagoas, além de Palmeira dos Índios, situado no agreste, o autor evidencia a importância dos municípios sertanejos de Major Isidoro, Batalha, Jacaré dos Homens e Pão de Açúcar na pecuária de leite, decorrente da introdução de gado holandês, trazidos do norte de Minas Gerais e do sul da Bahia.

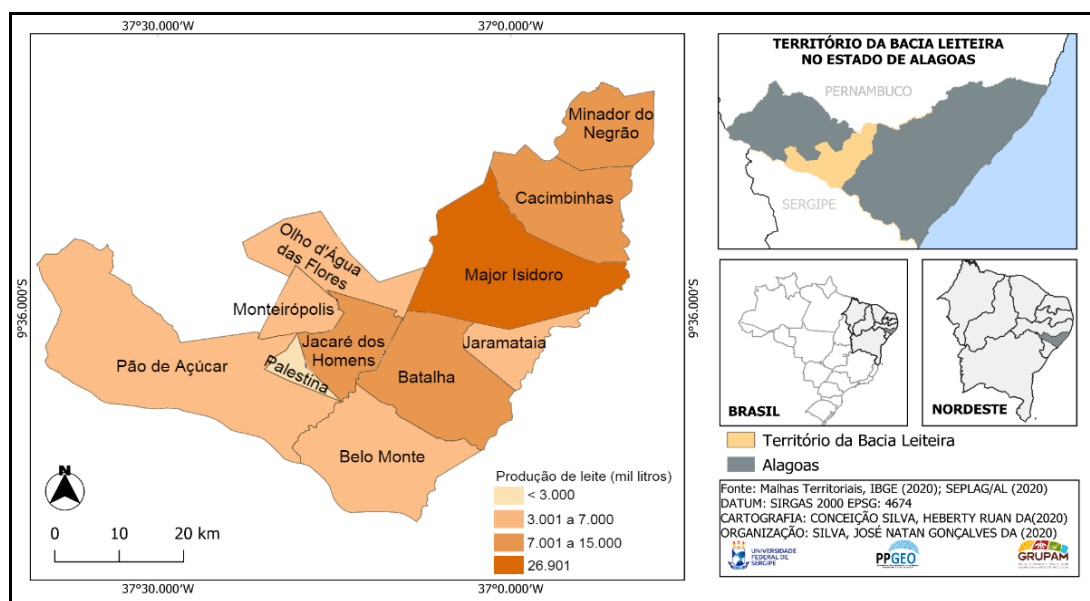
Ao tratar sobre a organização das atividades produtivas no sertão alagoano, Ferrari (1990) considera que o recorte espacial reportado por Andrade (2011), apresentou uma reestruturação da pecuária: a criação extensiva na caatinga cedeu espaço para o manejo semiconfinado de bovinos em pastagens e coqueiras, onde ocorre a alimentação à base de farelo de soja, caroço de algodão, palma forrageira e silagem de milho. Embora nesse cenário ainda persistisse a pecuária de corte, o impulsionamento das atividades estava vinculado à produção de leite, fato que justifica a especialização da bovinocultura leiteira, resultante da introdução de reprodutores da raça holandesa. Mais recentemente, a atuação do Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural

Sustentável de Alagoas – vinculado ao governo de Alagoas e anteriormente denominado de EMATER – incentivou, também, o cruzamento de matrizes holandesas com o gado gir, consideradas mais resistentes às estiagens.

A configuração produtiva da pecuária relevada pelo censo agropecuário do IBGE no ano de 2017 demonstra que Alagoas ocupa a sétima posição na produção de leite de vaca entre os estados da região Nordeste. Esse cenário reflete uma queda no *ranking* em relação ao levantamento constatado pelo censo agropecuário de 2006, quando o estado ocupava a sexta posição. Em dados estatísticos, a quantidade produzida de leite entre os anos de 2006 e 2017 reduziu de 176.588 para 173.965 mil litros.

Tal contexto contrasta com a literatura sobre a configuração do espaço agrário de Alagoas, estado que despontava como um exemplo exitoso de desenvolvimento da pecuária leiteira no Nordeste (ANDRADE, 2011; FERRARI, 1990). Todavia, em se tratando do TBL, verifica-se que esse território ainda se destaca como o maior produtor de leite do estado. O Mapa 1 revela que dentre os municípios do território há um cenário heterogêneo sobre a produção de leite, sobressaindo Major Isidoro como maior produtor do TBL e de Alagoas. Também apresentam proeminência na pecuária, os municípios de Batalha, Cacimbinhas, Minador do Negrão e Jacaré dos Homens.

Mapa 1: Território da Bacia Leiteira/AL – Produção de leite bovino (2017)



Fonte: IBGE, 2020; SEPLAG/AL, 2020.
Org.: José Natan Gonçalves da Silva

A evolução temporal da produção da pecuária disponível no IBGE denota que o TBL apresentou crescimento no número de vacas ordenhadas no intervalo entre 2006 e 2017 (esse indicador não foi pesquisado no censo agropecuário de 1995), cenário que influenciou a elevação da produção de leite no mesmo período (Tabela 1). Embora haja o aumento no número de vacas ordenhadas e na produção de leite, observou-se entre os anos de 1995, 2006 e 2017 a redução no quantitativo geral de bovinos. Esse resultado reforça mudanças nos padrões das atividades vinculadas à pecuária: a criação de grandes rebanhos de bovinos para corte gradualmente vem sendo substituída por manadas menores de vacas ordenhadas, cujo melhoramento genético potencializa o desenvolvimento da bovinocultura leiteira especializada.

Tabela 1: Território da Bacia Leiteira/AL – Produção da pecuária bovina (1995-2017)

Município/ Território	Bovinos (cabeças)			Vacas ordenhadas (cabeças)		Produção de leite (mil litros)		
	1995	2006	2017	2006	2017	1995	2006	2017
Major Isidoro	24.590	23.828	22.198	7.831	14.392	17.211	21.893	26.901
Pão de Açúcar	19.916	18.300	15.036	4.184	2.761	7.098	7.045	4.646
Cacimbinhas	16.085	14.133	13.704	3.482	3.551	5.564	5.794	8.655
Batalha	18.596	13.326	10.976	4.308	6.067	18.821	12.276	12.708
Minador do Negrão	12.847	11.097	9.458	2.824	2.647	4.323	6.935	7.896
Jacaré dos Homens	11.081	6.822	8.759	2.428	2.157	9.140	4.627	7.283
Olho d'Água das Flores	8.153	8.315	7.547	1.830	1.672	2.426	2.791	2.798
Belo Monte	11.145	10.339	5.771	1.891	1.284	4.678	4.064	3.746
Jaramataia	5.272	5.795	4.103	1.934	1.522	4.228	5.049	4.174
Monteirópolis	5.951	5.604	3.846	1.473	1.057	2.609	3.323	3.336
Palestina	1.895	1.770	1.920	484	467	837	550	1.231
Bacia Leiteira	135.531	119.329	103.318	32.669	37.577	76.935	74.347	83.374

Fonte: IBGE – Censo agropecuário, 1995-2017.

Org.: José Natan Gonçalves da Silva; Sônia de Souza Mendonça Menezes, 2022.

A redução do número de bovinos também decorre do estímulo à comercialização do gado novilho (15 a 18 meses de idade) diante dos impactos causados pelas estiagens. Indicadores da precipitação anual, disponíveis pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas, retratam que a década de 2010 consistiu em um período de déficit pluviométrico no semiárido alagoano. No ano de 2016, dados coletados na estação meteorológica de Pão de Açúcar, pelo Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, indicaram precipitações anuais de apenas 366,8 mm. No ano seguinte, o mesmo instituto indicou precipitações de 614,9 mm no município.

Já no ano de 2017, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN divulgou dados pluviométricos de Olho d'Água das Flores e Major Isidoro que apresentaram, respectivamente, 812,2 mm e 380,2 mm de precipitações anuais. Apesar de Olho d'Água das Flores demonstrar em 2017 excepcionalidade climática em relação aos demais municípios monitorados, observa-se que no TBL as isoietas não ultrapassaram 700 mm.

No tocante aos impactos dos excessos climáticos sobre a produção leiteira no Nordeste, Silva et al. (2010) aponta que a pecuária pode ser afetada por fatores indiretos, associados à redução da disponibilidade e ao aumento dos preços dos suplementos alimentares, especialmente, os grãos. Nota-se ainda a proliferação de pragas, doenças, bem como, a diminuição da qualidade dos pastos e dos cultivos forrageiros. De forma direta, as estiagens intensificam o estresse térmico dos animais, implicando alterações metabólicas e comportamentais que se traduzem na redução do consumo alimentar, reprodução, gestação e lactação. Em casos extremos, o aumento da temperatura, a redução da umidade e a escassez dos alimentos levam à desnutrição e à mortalidade dos rebanhos.

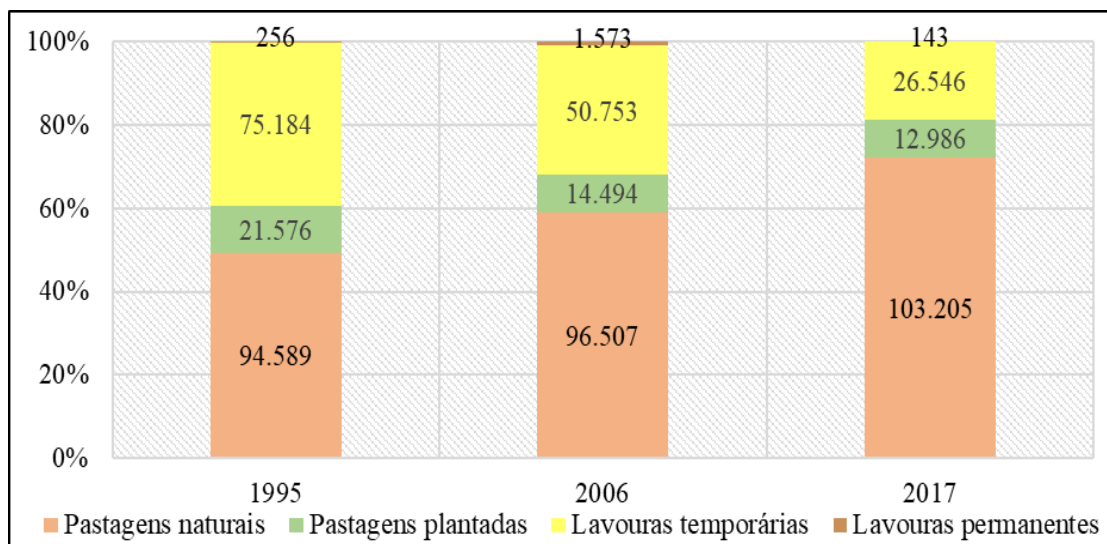
Santana e Santos (2020) mencionam que no semiárido nordestino as atividades da agropecuária foram impactadas entre 2011 e 2017 em função das estiagens. No recorte espacial da pesquisa, os efeitos do clima na redução da produção leiteira são observados, sobretudo, nos municípios que apresentam diminuta agregação de tecnologias à pecuária. Em Pão de Açúcar, Belo Monte e Jaramataia, a redução na produção de leite, entre 2006 e 2017, está relacionada ao domínio de rebanhos rústicos, que dependem das pastagens plantadas e naturais na sua alimentação. Em contrapartida, em Major Isidoro, Cacimbinhas, Minador do Negrão e Jacaré dos Homens verificaram-se padrões de produção significativamente alterados, que incluem modificações genéticas dos animais e incremento de rações na dieta.

Essas mudanças implicam o crescimento do fornecimento de leite pelas vacas, reduzindo os impactos das estiagens sobre a bovinocultura. Tal fato é evidenciado em Major Isidoro que, embora tenha apresentado baixos índices de precipitações anuais em 2017 (380,2 mm), demonstrou, no mesmo ano, aumento da produção de leite, quando comparado aos dados do censo agropecuário de 2006 (Tabela 1).

Embora a seca configure um dos percalços ao desenvolvimento da bovinocultura, os estímulos ao melhoramento genético contribuíram para a tendência de especialização produtiva da pecuária. Verifica-se, ainda, que o aumento do potencial produtivo dos animais também decorreu da otimização da suplementação nutricional com o incremento de diversos produtos. Andrade (1988) retrata que durante o período chuvoso no sertão nordestino, após as primeiras precipitações regulares, o gado era alimentado com a pastagem natural. Ferrari (1990) corrobora que no sertão de Alagoas o processo de melhoria do rebanho bovino está atrelado ao cercamento das propriedades e à introdução de pastagens cultivadas.

No tocante ao uso da terra no TBL (Gráfico 1), observa-se o predomínio das pastagens em detrimento das lavouras. Tal configuração reflete-se nos dados dos censos agropecuários de 1995, 2006 e 2007 que denotam a prevalência dos pastos naturais. Andrade (2011) retrata que a qualidade das pastagens naturais no sertão alagoano está associada, parcialmente, aos fatores edafoclimáticos. Por dispor de melhores condições ao desenvolvimento da pecuária, quando relacionado a outras áreas semiáridas nordestinas, o sertão alagoano é cognominado de “o filé do Nordeste” (ibidem, p.45).

Gráfico 1: Território da Bacia Leiteira/AL – Uso da Terra (hectare) (1995-2017)



Fonte: IBGE – Censo agropecuário, 1995-2017.

Org.: José Natan Gonçalves da Silva; Sônia de Souza Mendonça Menezes, 2022.

Por sua vez, deve-se ponderar que nas pesquisas de campo constatou-se o domínio das pastagens plantadas em detrimento dos pastos naturais, fato que se

contrapõe aos dados apresentados pelo IBGE. Essa contradição é influenciada pela variabilidade da composição das pastagens em função do clima. No período seco, os campos são dominados por uma vegetação herbácea encontrada no bioma da caatinga e resistente às estiagens. Todavia, com as primeiras chuvas as pastagens são tomadas por espécies cultivadas de capim que foram introduzidas no território.

O manejo da palma (*Opuntia ficus indica*-Mill) também foi apontado por Andrade (2011) como fundamental na melhoria da produtividade dos bovinos no sertão. Dados do censo agropecuário de 2017 apontam a palma como o principal cultivo do TBL, que atingiu 195.884 toneladas e representou 55,75% da produção da lavoura temporária. Esse quantitativo equivale a 64,26% da produção da cactácea.

Paralelo ao uso desses suplementos foi incrementada as silagens à base de milho forrageiro. Conforme reportado por Menezes (2009), a produção das rações no Nordeste foi incentivada inicialmente por técnicos agropecuários provenientes de órgãos públicos e instituições bancárias (Banco do Brasil e Banco do Nordeste) junto aos produtores rurais, que aderiram a financiamentos agropecuários. Os incentivos ao monocultivo prenuncia a tendência de homogeneização da agricultura (MENEZES, 2013), fato evidenciado com a produção do milho forrageiro no sertão de Alagoas.

Essa dinâmica reduziu o cultivo de gêneros agrícolas tradicionalmente presente na alimentação do sertanejo, especialmente, o feijão, a mandioca, a fava e a abóbora. De acordo com Coca (2016), a produção intensiva de milho, atrelada ao modelo de *commodities*, é um dos fatores de desestabilização da organização das comunidades agrárias, que tem comprometido a soberania alimentar dos agricultores, em função da restrição dos cultivos alimentícios direcionados à comensalidade dos membros familiares. Belik e Siliprandi (2010) reforçam que os parâmetros aceitos para a garantia da soberania e segurança alimentar perpassam pela disponibilidade aos indivíduos de recursos suficientes para a aquisição e/ou produção dos seus alimentos, observando, ainda, a relação das escolhas nutricionais com a cultura alimentar.

A adesão ao monocultivo reflete a relação da agricultura familiar a modelos postulados pelo agronegócio. Essa interação também ocorre mediante a transferência, convergência e dispersão de matéria-prima, insumos e informação. Além do milho, a soja é um produto controlado pelo *agrobusiness* que foi introduzido na dieta dos bovinos. A produção da soja está alinhada aos imperativos da Revolução Verde e a sua

difusão no espaço agrário pressupõe a constituição de “uma nova geografia feita de *belts* modernos e novos *fronts*” (SANTOS; SILVEIRA, 2012, p.119), que transformam em rugosidades as dinâmicas agroalimentares que vigoravam no passado.

Embora o cultivo de soja nos cerrados e, mais recentemente, no sul amazônico esteja orientado à exportação (SANTOS; SILVEIRA, 2006; SCHWENK; CRUZ, 2008), o farelo e os grãos subvalorizados no mercado externo estão acessíveis aos agricultores familiares. Considerada importante na elevação da produtividade do leite, a oleaginosa é utilizada na alimentação das vacas ordenhadas.

Assim, em benefício das prerrogativas do mercado estimula-se o paradigma produtivo que primazia a integração da agricultura familiar ao agronegócio. Mesmo não inseridos no processo propriamente dito de produção da soja, os agricultores do sertão são instigados à aquisição desse produto no mercado de *commodities*, diante da lógica de retroalimentação do capital baseada na expansão dos lucros. Embora estejam vinculados a esses processos, os agricultores familiares protagonizam estratégias de territorialidade direcionadas a mitigar os efeitos corrosivos do capital. Esse contexto é notório entre segmentos da agricultura familiar que utilizam o leite na produção de queijo coalho, não se sujeitando ao fornecimento da matéria-prima aos laticínios.

“O leite e o queijo são o nosso sustento”: a combinação da pecuária bovina com a produção agroalimentar na agricultura familiar

A pecuária nos sertões nordestinos avançou e consolidou-se alicerçada na constituição do latifúndio. A perpetuação no Brasil de uma política fundiária favorável aos grandes proprietários de terra implicou a emergência de uma latente questão agrária no TBL que ainda se materializa na continuidade das grandes propriedades de terra. Entre 2006 e 2017, os censos agropecuários denotaram a redução no número de propriedades situadas no intervalo entre 20 e menos 500 hectares. Notadamente, essas unidades foram incorporadas por grandes estabelecimentos, especialmente aqueles inseridos nos grupos de área de 500 a menos 1.000 ha e 2.500 a menos 10.000 ha.

Esses dois agrupamentos fundiários apresentaram crescimento em número de estabelecimentos entre 2006 e 2017, após um cenário de queda observado entre 1995 e 2006 (Tabela 2). A tendência de ampliação da concentração fundiária é um processo

também visualizado em escala nacional. Cattelan, Moraes e Rossoni (2020, p.157), em análise aos dados do censo agropecuário de 2017, reportaram que no Brasil “1,01% das propriedades rurais possuem 47,52% da área total dos estabelecimentos agropecuários, enquanto 50,91% dos estabelecimentos possuíam 2,28% da área total”. Na perspectiva dos autores, os indicadores de concentração fundiária, que minimamente haviam melhorado nos censos agropecuários realizados de 1980 a 1995, voltaram a piorar entre os censos de 1995 a 2006 e de 2006 a 2017.

Tabela 2: Território da Bacia Leiteira/AL – Estrutura fundiária (1995-2017)

Grupos de área (ha)	1995	2006	2017
Número de estabelecimentos agropecuários (unidades)			
Total	7.045	8.115	9.053
Menos de 1	908	1.960	2.494
1 a menos 5	2.753	2.410	3.020
5 a menos 10	963	1.068	1.149
10 a menos 20	745	967	1.082
20 a menos 50	828	946	754
50 a menos 100	390	361	267
100 a menos 200	226	223	142
200 a menos 500	169	126	95
500 a menos 1.000	43	37	39
1.000 a menos 2.500	16	17	9
2.500 a menos 10.000	4	-	2
Produtor sem área	-	1.542	86
Área dos estabelecimentos agropecuários (hectare)			
Total	226.331,494	200.673	169.695
Menos de 1	612,388	976	1.254
1 a menos 5	6.790,91	6.008	7.367
5 a menos 10	6.985,005	7.740	8.298
10 a menos 20	10.742,995	14.078	15.578
20 a menos 50	26.159,542	28.605	22.821
50 a menos 100	27.682,566	25.496	19.185
100 a menos 200	31.624,056	30.847	18.930
200 a menos 500	51.913,493	38.431	19.185
500 a menos 1.000	31.484,292	24.867	18.930
1.000 a menos 2.500*	23.596,747	23.625	-
2.500 a menos 10.000*	8.739,5	-	-
Produtor sem área	-	-	-

Fonte: IBGE – Censo agropecuário, 1995-2017.

Org.: José Natan Gonçalves da Silva; Sônia de Souza Mendonça Menezes, 2022.

*Em 1995 esses grupos de área estão classificados como 1.000 a menos 2.000 e 2.000 a 10.000. Neste mesmo ano, também não foi pesquisado pelo IBGE o número de produtores sem área de terra.

No tocante as médias propriedades (50 a menos 50 ha) e aos estabelecimentos entre 1.000 e menos 2.500 ha, verifica-se que os mesmos compuseram processos de desapropriação que condicionaram a formação de 13 assentamentos rurais, onde foram beneficiadas 369 famílias entre os anos de 1987 e 2012 (INCRA, 2022). Todavia, desde a segunda metade da década de 2010 não se constatou a criação de nenhum projeto de assentamento rural no território.

Tal contexto denota a fragmentação da política de reforma agrária do governo Dilma Rousseff (2011-2016), que continuamente foi desprezada pelo governo Michael Temer (2016-2019). No primeiro mandato de Bolsonaro, a reforma agrária foi literalmente aniquilada. Iniciou-se, então, a execução de um plano de criminalização dos movimentos sociais, incitação à violência no campo e desestruturação dos setores do INCRA que atuavam nas ações de reforma agrária e na otimização social, econômica e produtiva dos assentamentos rurais (CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020; FERNANDES et. al, 2020).

O descaso com uma política ampla de reforma agrária no Brasil em diferentes temporalidades repercute, ainda, na formação de aglomerados de minifúndios. De acordo com a tabela 2, 27,56% do total dos estabelecimentos rurais identificados em 2017 no TBL estão classificados entre os grupos de menos de 1 ha. No tocante à área, esse grupo ocupa 1.254 ha de terra, equivalente a 0,74% da área de todos os estabelecimentos. Esses minifúndios são insuficientes para garantir a absorção de toda força de trabalho disponível na propriedade, comprometendo a reprodução social e a ascensão econômica dos membros familiares. Diante dos limites ao desenvolvimento qualitativo das famílias rurais, o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) orienta a eliminação dos minifúndios por meio da desapropriação, aglutinação e redistribuição de terras.

Em contraposição aos minifúndios, as pequenas e as médias unidades produtivas, verifica-se a continuidade de 39 estabelecimentos rurais em 2017, 0,43% do total, entre os grupos de área de 500 a menos 1.000 ha, bem como, 9 propriedades classificadas de 1.000 a menos 10.000 ha, que correspondem a 0,1% dos imóveis. Apesar da não disponibilidade do tamanho real das propriedades inseridas nesses

agrupamentos, diante das restrições metodológicas do censo agropecuário de 2017², é previsível que, considerando o mínimo e o máximo possível de hectare para cada estabelecimento supracitado, as 39 propriedades possuem uma área total situada entre 19.500 e menos 39.000 ha, enquanto os demais 9 estabelecimentos possuem áreas entre 9.000 e menos 90.000 ha. De acordo com esses valores, o somatório dos 48 estabelecimentos teria, no mínimo, 28.500 ha ou 16,8% da dimensão fundiária do TBL.

Esse percentual pressupõe-se a permanência da desigualdade na distribuição de terras, visto que essa totalidade areal é ocupada apenas por 0,53% dos estabelecimentos agropecuários. Apesar dos indicadores apresentarem dados inconclusivos, nas pesquisas de campo foi evidenciada a existência de latifúndios no território que travam conflitos desde a década de 1980 com os movimentos sociais de luta pela terra. Na concepção de Santos (2014), a concentração fundiária no estado de Alagoas sempre consistiu em um dos entraves a garantia dos direitos básicos de sobrevivência dos trabalhadores rurais.

O censo agropecuário de 2017 evidencia a presença de 86 trabalhadores rurais sem terra no TBL, número consideravelmente menor que os 1.542 produtores sem-terra identificados em 2006 (Tabela 2). As ocupações realizadas pelos movimentos sociais e a criação de projetos de assentamentos rurais contribuíram para essa redução. Foram essas intervenções que possibilitaram o crescimento no número de estabelecimentos agropecuários entre 1 e menos 10 ha. Todavia, o desprezo à política de reforma agrária e a fragilização das ações direcionadas à agricultura familiar ameaçam a permanência das famílias de assentados em seus territórios. Como o recorte empírico do censo agropecuário compreende ao espaço rural, as estatísticas revelam o quantitativo de sem-terra que residem ou trabalham no campo. Em contrapartida, é impreciso o número de trabalhadores rurais que migraram para as cidades e passaram a ocupar a massa de desempregados, trabalhadores informais e formais dos centros urbanos.

Apesar dos contextos adversos, verifica-se a perpetuação da resistência da unidade de produção familiar no TBL. A respeito da sua estrutura agrária e produtiva, optou-se nesta pesquisa pela realização de análises empíricas junto a pequenos pastores

² De acordo com o censo agropecuário do IBGE de 2017, os municípios que apresentam grupos de área com menos de três informantes não tiveram dados informados nesses respectivos grupos. Esses dados estão inseridos apenas no cômputo total da área dos estabelecimentos agropecuários por município. No TBL, essas informações foram suprimidas nos grupos de área entre 100 e 10.000 ha. Por esta razão, existe discrepância entre a área total dos estabelecimentos e os valores individualizados por grupos de área.

de gado, vaqueiros e assentados rurais da reforma agrária que, inseridos na agricultura familiar, resistem nos seus territórios em função da combinação das atividades criatórias de vacas leiteiras com a produção do queijo coalho caseiro. A preferência pela produção agroalimentar é uma estratégia fundamentada na tradição, na cultura e na economia socialmente construída que se contrapõe à lógica monopolista da agroindústria de laticínios difusas no semiárido de Alagoas (SILVA, 2021).

A elaboração do queijo coalho caseiro é realizada em pequenos estabelecimentos agropecuários (Tabela 3). Nessas unidades, obtém-se o leite utilizado na produção do queijo, fato que caracteriza as queijarias caseiras pela elaboração desse alimento em pequena escala. Tal característica também foi verificada por Mergarejo Netto (2011) na produção do queijo minas artesanal, especialmente quando a atividade é realizada pelos agricultores familiares. Assim como observado pelo autor, em Alagoas as diversidades de condições na coleta, produção, transporte e armazenamento dos alimentos inviabilizam o beneficiamento de grandes volumes de leite.

Tabela 3: Território da Bacia Leiteira/AL – Unidades de produção do queijo coalho caseiro/valores em média (2019-2020)

Municípios*	Nº de unid. de produção	Área dos estab. agrop. (ha)	Nº de bovinos	Nº de vacas ordenhadas	Vol. diário de leite (l)	Produção diária de queijo** (kg)	Rendimento semanal (R\$ 17,00/kg)
Belo Monte	18	21,24	12	6	60	6,0	714,00
Pão de Açúcar	12	17,81	13	5	42	4,2	499,80
Batalha	6	23,03	16	6	60	6,0	714,00
Major Isidoro	5	27,87	15	7	73	7,3	868,70
Jaramataia	2	24,24	14	7	74	7,4	880,60
Jacaré dos Homens	2	31,81	13	5	43	4,3	511,70
Cacimbinhas	2	28,78	15	5	50	5,0	595,00
Monteirópolis	1	18,18	12	6	57	5,7	678,30
Palestina	1	21,21	16	8	100	10	1.190,00
Olho d'Água das Flores	1	24,24	10	5	41	4,1	487,90
Total	50	23,84	14	6	60	6,0	714,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020.

Org.: José Natan Gonçalves da Silva; Sônia de Souza Mendonça Menezes, 2022.

*Não foi identificado no município de Minador do Negrão a produção caseira do queijo coalho.

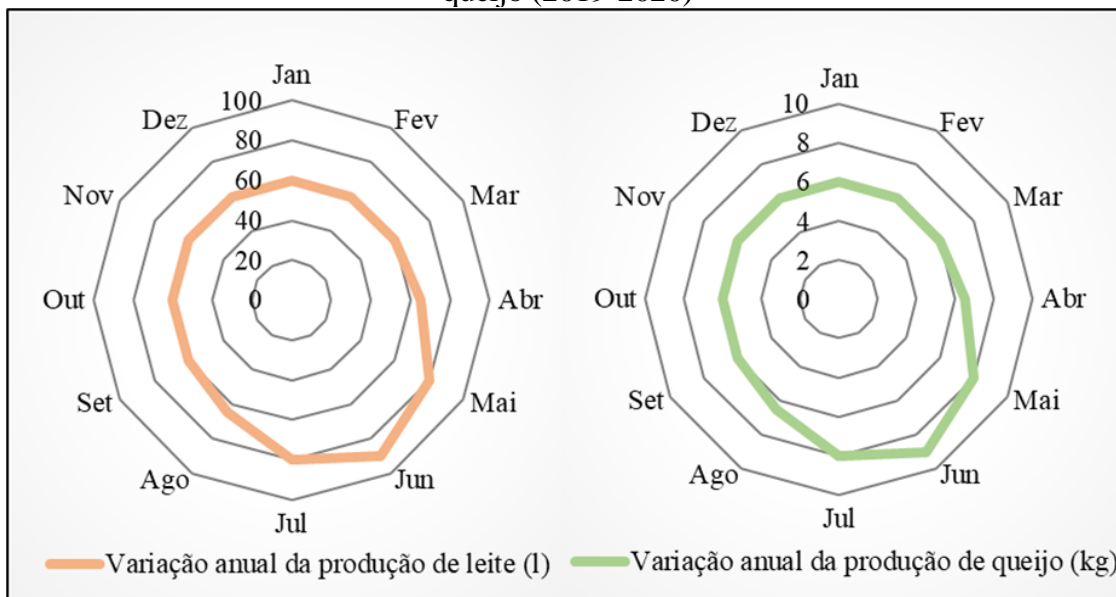
**Considerar a produção do queijo coalho caseiro nos sete dias da semana.

De acordo com as informações obtidas nas pesquisas de campo, o valor monetário do queijo varia em decorrência da sazonalidade. Durante as estiagens, a elevação dos custos com a suplementação alimentar e a redução da produção de leite

implica a elevação do preço do quilograma do queijo que corresponde em média a R\$ 17,00³. Em contrapartida, no período chuvoso, verifica-se a redução dos custos no processo produtivo e o aumento da oferta devido o fator inversamente proporcional ao que acontece na estação seca: no inverno é o aumento do volume do leite que apresenta rebatimento na elevação da produção do queijo. Nessas circunstâncias, o preço é reduzido aproximadamente em dois reais, quando comparado ao valor médio de mercado na estação seca.

A produção média do leite por estabelecimento corresponde a 60 litros diários no período de estiagem, que se prolonga de agosto a março. Considerando que um quilograma de queijo coalho é produzido com dez litros de leite, na estação seca são produzidos, aproximadamente, seis quilogramas do alimento ao dia por queijaria (Gráficos 2). Esses dados variam entre abril e julho, durante o período de chuvas. Nas narrativas dos produtores, se o inverno for chuvoso, a produção do leite aumenta em até 50% no mês de junho, que resulta na produção de nove quilogramas de queijos.

Gráfico 2: Território da Bacia Leiteira/AL - Variação anual da produção de leite e queijo (2019-2020)



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020.

Org.: José Natan Gonçalves da Silva; Sônia de Souza Mendonça Menezes, 2022.

³No cenário atípico da pandemia da Covid-19, mais especificamente, entre setembro e dezembro de 2020, foi observado o aumento do valor monetário do leite, que alcançou R\$ 1,90 o litro. Diante dessa variação, o queijo coalho apresentou aumento de 17,65% no preço, atingindo R\$ 20,00 o quilograma. Atualmente, o quilograma desse alimento é comercializado novamente no valor de R\$ 17,00.

Embora esses estabelecimentos apresentem mudanças técnicas, refletidas em experiências com melhoramento genético e incrementos na dieta nutricional dos animais, a variabilidade produtiva também é influenciada por fatores de ordem natural. O debate em torno da política da seca e das estratégias de convivência com o semiárido (AZEVEDO, 2007) estão presentes nas abordagens dos produtores de queijo como um problema social, que impacta na redução dos cultivos, do rebanho bovino e, por consequência, afeta a estrutura social e econômica das unidades de produção.

Apesar dos entraves à manutenção das atividades, o queijo está inserido em circuitos curtos de comercialização relativamente dinâmicos, sendo difundido no mercado local, estadual e regional. O alimento é distribuído nos principais centros regionais de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Verifica-se que a forma de aquisição do queijo no mercado também pode alterar o seu valor monetário. Na venda de toda produção a intermediários, o preço do alimento tem abatimento, quando comparado ao valor do produto repassado pelo queijeiro diretamente ao consumidor. Essa dimensão da comercialização dos queijos remete às discussões do circuito inferior realizadas por Santos (2018), ao reportar que nesse caso a margem de lucro com a produção é maior na transação comercial do produto em unidade. Embora o intermediário seja considerado pelos produtores um comprador assíduo e com capital seguro, a compra do queijo por esse ator dar-se pelo volume total, que resulta na margem de lucro menor para o queijeiro. Tomando como base as abordagens do referido autor, verifica-se que o lucro subtraído do produtor rural é absorvido pelo atravessador/comerciante, que assume a intermediação entre o produtor/fornecedor e o consumidor final.

Vale ressaltar, ainda, que os rendimentos semanais com o queijo sofrem abatimentos nos valores reais em decorrência das despesas na aquisição de insumos utilizados na manutenção do estabelecimento rural e no manejo dos bovinos. Conforme mencionado pelos produtores, os principais custos resultam da compra da ração animal, especialmente a soja e o farelo de milho. Em um estabelecimento com 14 bovinos e seis vacas ordenhadas, os investimentos médios semanais com a compra de ração animal correspondem a R\$ 490,00.

Conforme a tabela 3, a unidade de produção com essas características produz uma média diária de 60 litros de leite e 6,0 quilogramas de queijo coalho, que resultam no rendimento semanal de R\$ 714,00 com a comercialização do alimento. Esses

valores, quando subtraída às despesas com a compra de suplementos alimentares para os bovinos, resultam em um rendimento semanal de R\$ 224,00, valores que são revertidos na reprodução social da família. Há, também, um aditivo monetário resultante da criação e comercialização de porcos que são alimentados com o soro (subproduto obtido da produção de queijos). O uso desse resíduo dispensa maiores investimentos na aquisição de ração para a dieta nutricional dos animais. Menezes (2001; 2009) já havia apontado que os suínos são considerados uma poupança para os produtores de queijo.

Nas unidades de produção verificou-se o uso irrestrito da ordenha manual. De acordo com informações obtidas nas secretarias municipais de agricultura, a adesão à ordenha mecânica ocorre, sobretudo, nas grandes propriedades pecuaristas. Nessa técnica, a disponibilidade do leite ocorre por meio da aplicação injetável de ocitocina no animal. Geralmente, tal procedimento é realizado em condições precárias de higiene, incluindo o compartilhamento de seringas durante a introdução do hormônio. O uso de agulhas contaminadas compromete a sanidade dos rebanhos, sendo apontado como uma das causas da transmissão da *Trypanosoma vivax*, agente causador da tripanossoma bovina (SOUZA et al., 2019).

Em contrapartida, na ordenha manual realizada nas queijarias caseiras utiliza-se o instinto biológico no fornecimento da matéria-prima. Nesse processo, a obtenção do leite é estimulada pela presença do bezerro (filhote) próximo à vaca. A prática do apoio natural é uma técnica defendida por Cruz (2012). Essa prática é importante porque, antes da ordenha, o bezerro é ligeiramente amamentado com os primeiros jatos de leite, condição que possibilita a limpeza das tetas. A disponibilidade contínua do alimento é garantida pela presença da cria, junto à vaca. No final da ordenha, os animais são soltos e o bezerro é amamentado com o resto do leite. A autora chama a atenção que a prática leva ao esgotamento das glândulas mamárias, prevenindo a ocorrência da mastite em função da liberação completa do leite da mama.

Ainda em relação à ordenha, nota-se que 58% dos produtores realizam o procedimento duas vezes ao dia, uma no início da manhã, e outra no final da tarde, enquanto 42% dos entrevistados fazem uma ordenha no período matutino. Outrora, quando o leite possuía apenas valor de uso e a carne consistia no produto de troca, a ordenha das reses era realizada apenas durante a manhã. Semelhante ao processo

identificado em Sergipe (MENEZES, 2009; 2015), observou-se que em Alagoas a miscigenação do rebanho do gado pé duro e gir com matrizes da raça holandesa, que produzem mais leite, contribuiu para o aumento do número de ordenhas.

Duas justificativas foram mencionadas por aqueles que na ocasião das entrevistas realizam apenas uma ordenha: a primeira, diz respeito aos efeitos da sazonalidade, ou seja, com a chegada das estiagens reduz-se o volume do leite produzido pelo rebanho; e a segunda, refere-se aos cuidados e apreço aos animais. Na percepção de muitos produtores, o ato de realizar duas ordenhas é *“uma judiação com os bezerras, que fica com pouco leite para se alimentar”*.

Nessas unidades de produção persistem elementos que alinham as relações entre as categorias terra, família e trabalho. Nas culturas agrícolas tradicionais é possível identificar homens e mulheres, que não pensam “a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p.23). Nos estabelecimentos onde ocorre o processamento do queijo caseiro, o valor simbólico que se atribui a terra, também se estende aos animais, e de modo particular aos bovinos, dos quais se retira o sustento da família e fundamenta-se o modo de vida do ser sertanejo.

A respeito dos espaços de difusão das atividades agroalimentares, Andrade (2011, p.201) ao reportar sobre o desenvolvimento da pecuária no sertão menciona que a família do vaqueiro se encarregava da fabricação, por processos rotineiros, do queijo e da coalhada. O autor não deixa explícito, estritamente, quais membros da família do vaqueiro eram responsáveis pela elaboração do queijo. Provavelmente, por consistir em uma atividade às margens do domínio da pecuária e por ser incorporada no discurso patriarcal como um “afazer” doméstico, executado pelas mulheres.

Assim como identificado por Menezes (2015) no sertão sergipano, as atividades da pecuária e da produção de queijos no semiárido alagoano estão fundamentadas na divisão de tarefas com base nas relações de gênero. Nos espaços de fora, onde ocorre o manejo dos bovinos, da lavoura e a manutenção do estabelecimento rural, designa-se o trabalho do homem. Já as mulheres, apropriaram-se das atividades desempenhadas no interior da residência e suas cercanias. Nas práticas agroalimentares, o trabalho da mulher sobressai na elaboração do queijo coalho caseiro, realizado nos espaços de dentro. Esse cenário reporta para as discussões de Poulain e Proença (2003, p.252)

sobre a dimensão social da cozinha, considerada um espaço formado de “ações técnicas, de operações simbólicas e de rituais”, onde se projetam relações estruturadas e formais, mas, que também denotam a repartição sexual das atividades.

As práticas queijeiras restringiu-se em diferentes temporalidades ao pequeno cômodo, localizado no quintal da casa, ou na cozinha da residência. Por se limitar aos ambientes de manipulação e cozimento dos alimentos, território não controlado pelo homem, o trabalho nas queijarias historicamente consistiu em uma incumbência das mulheres. Embora sejam encontrados no TBL homens que participam da produção do queijo coalho, esse cenário é uma exceção à regra. Do mesmo modo, raramente são identificadas mulheres que conduzem atividades atreladas ao manejo do gado.

Para Cruz (2020), atualmente a constituição da agroindústria familiar está intrínseca à tendência de formalização das atividades agroalimentares. Esse contexto contribuiu para a redução das unidades caseiras de produção de alimentos, mediante processos que resultaram em sua eliminação ou na sua transformação em agroindústria. Todavia, em concordância com a autora é possível identificar estabelecimentos, cujo processamento dos alimentos é “realizado em espaços “adaptados” da cozinha da casa ou em peça contígua à cozinha” (ibidem, p.02). Esse cenário condiz com a dinâmica e a organização das queijarias caseiras do TBL.

A elaboração dos queijos nessas unidades denota a transformação artesanal de alimentos, que agregam valor de troca e singularidades imbricadas nos saberes, fazeres e hábitos alimentares difundidos no território. Essa configuração não condiz, por sua vez, com uma atividade eminentemente domiciliar e destinada à produção de alimentos para o autoconsumo. Visa-se, prioritariamente, o processamento de queijos para a comercialização. Na perspectiva de Menezes (2015) e Silva (2021), essas atividades perpassam por uma condição de desprezo institucional, em função da pequena escala de produção. Esse cenário implica a realização de práticas agroalimentares informais, cujo processamento artesanal não atende aos critérios de produção da legislação sanitária.

Nessa pesquisa, o conceito de informalidade utilizado para se referir as queijarias fundamenta-se na definição empregada por Wilkinson e Mior (1999, p. 32-33), que considera como informal o setor cuja atividade “não adota as normas e as regulamentações que prevalecem num determinado momento no setor em que opera”. Com base nas interpretações realizadas pelos autores, não se trata, pois, de conceber

essas práticas como ilegais, haja vista que o produto resultado do trabalho realizado nesses estabelecimentos não é proibido, diferenciado do que ocorre em relação ao tráfico de drogas e ao contrabando. As atividades desenvolvidas nessas unidades são informais porque não se enquadram nos padrões de regulamentação vigentes e definidos pelo Estado, no que diz respeito às relações de trabalho, às instalações e às normas técnicas de produção.

Deve-se também ressaltar que, diante da pequena escala de produção, a elaboração dos queijos confunde-se com as atividades de manipulação de alimentos caseiros. Existe uma nítida distinção entre as práticas difundidas nos grandes laticínios e a elaboração artesanal realizada no espaço doméstico. Assim, o enquadramento das queijarias caseiras na legislação sanitária, criada e direcionada a agroindústria convencional, bem como, a fragilidade de uma regulamentação alinhada à dinâmica das unidades familiares, mantenedoras de padrões tradicionais e artesanais de produção, coloca na informalidade as atividades desempenhadas pelas produtoras de queijo.

No âmbito da legalidade e do compromisso ético, concorda-se com o pensamento de Wilkinson e Mior (1999), ao considerarem que não existe defesa ao setor informal quando seus esforços estão centrados em burlar as leis e as regulamentações visando o benefício próprio. Destarte, tomando ainda como referência o debate realizado pelos referidos autores, deve-se ressaltar sobre as ambiguidades e as contradições da política institucional que afeta diretamente a produção agroalimentar familiar. Nesses casos, a burocracia e o déficit de capital podem resultar em uma evasão fiscal, bem como, o desconhecimento, as orientações limitadas e a ineficaz extensão técnica podem causar falhas sanitárias.

Apesar dos entraves legais, o fortalecimento das atividades queijeiras é instigado pela demanda exercida por um mercado local e regional dinâmico. O estímulo a essas práticas está embasado na construção de relações de confiabilidade entre produtoras e consumidores acerca do processamento do alimento. Verifica-se, ainda, mudanças nas concepções de consumo que se refletem na valorização de alimentos com referenciais de origem. Na concepção de Marsden (2004), a emergência de novas formas de consumo associadas à valorização de alimentos artesanais, naturais, com referencial de origem e fundamentados na justiça social são aspectos de qualificação dos alimentos

que têm contribuído para a realocação das relações de poder em determinados segmentos de abastecimento de alimentos vinculados às unidades de produção familiar.

Ao analisar os critérios adotados pelos consumidores na definição dos padrões de qualidade dos produtos, Menasche (2003) afirma que na sociedade contemporânea tem-se consolidado uma dualidade nos processos de escolhas dos gêneros alimentares *in natura* e processados: em oposição aos industrializados, artificiais e dotados de conservantes, são valorizados os alimentos orgânicos, frescos e/ou artesanais.

Logo, verifica-se que a pecuária leiteira, aliada à elaboração e à comercialização do queijo coalho caseiro, emerge como uma alternativa alicerçada na cultura e na identidade de segmentos da agricultura familiar, que se contrapõem a venda *in natura* do leite aos laticínios. Trata-se de mecanismos protagonizados como formas de permanência no campo que esboçam territorialidades com o propósito de controle e domínio do território (RAFFESTIN, 1993). Tais estratégias adquirem tessituras particulares que refletem planos sociais, culturais e econômicos direcionados a manutenção da unidade de produção familiar.

Considerações finais

O espaço agrário do TBL expõe a coexistência conflituosa entre grandes proprietários de terras e agricultores familiares que possuem como condição semelhante a manutenção da pecuária bovina. Por sua vez, deve-se ressaltar que o desenvolvimento dessa atividade cumpre estratégias distintas para esses atores: o primeiro, preocupa-se meramente com a lógica produtivista, buscando a centralização do poder mediante a aliança entre a pecuária e a manutenção do latifúndio; no segundo, tem-se a construção de territorialidades direcionadas à reprodução social dos membros familiares por meio da combinação da bovinocultura leiteira de pequeno porte com a produção agroalimentar de queijos.

A estratégia adotada pelos segmentos da agricultura familiar busca recuperar a autonomia no desenvolvimento das atividades produtivas, diante de um cenário predatório de expansão das relações de produção capitalista no campo, marcada no semiárido alagoano pela integração da pecuária à agroindústria de laticínios.

A contraposição a esse modelo, fundamenta-se na manutenção da identidade produtiva e agroalimentar atrelada à elaboração, à comercialização e ao consumo do queijo coalho. Considera-se, ainda, que o aumento dos pequenos estabelecimentos agropecuários, resultantes da atuação dos movimentos sociais do campo e da implementação de assentamentos rurais, reconfigurou o território fundiário e contribuiu na potencialização das práticas da agricultura familiar.

Há, por sua vez, a necessidade de superar entraves que dificultam a reprodução qualitativa dessa categoria. O aumento de grandes estabelecimentos rurais, observado entre os censos agropecuários de 2006 e 2017, paralelo à permanência de trabalhadores rurais sem-terra no campo e na cidade, reforçam a importância do fortalecimento de uma política de reforma agrária. É imprescindível, também, a aplicação da política de convivência com o semiárido que reduza os impactos das estiagens sobre as dinâmicas produtivas da pecuária e do queijo coalho. No contexto das atividades agroalimentares, propõe-se a construção de uma legislação que ampare as especificidades da produção artesanal e considere a distinção econômica, produtiva e estrutural entre a agroindústria convencional e as unidades familiares responsáveis pela produção de alimentos.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES órgão viabilizador da pós-graduação no Brasil.

Referências

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800 e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 5 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

ALAGOAS. **Precipitação mensal e anual**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2016-2017. Disponível: <http://www.semarh.al.gov.br/tempo-e-clima/analises-tecnicas/precipitacao-mensal> Acesso: 24 jan. 2021.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Nordeste: alternativas da agricultura**. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. rev. e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. **Entre a cultura e a política**: uma geografia dos “currais” no sertão do Seridó Potiguar. 2007. 476 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2007.

BELIK, Walter; SILIPRANDI, Emma. Hábitos Alimentares, Segurança e Soberania Alimentar. In: VILARTA, Roberto; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MONTERIO, Maria Inês. **Qualidade de vida**: evolução dos conceitos e práticas no século XXI. Campinas: Ipes, 2010, v. 1, p. 187-196. Disponível: https://www.fae.br/2009/mestrado/download/precesso_2012-1/006-Q_de_vida_ev_dos_conc_e_praticas.pdf. Acesso: 25 maio 2019.

BRASIL. **Estatuto da Terra**: Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm . Acesso: 15 jun. 2019.

BRASIL. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável da Bacia Leiteira**. 2011. Disponível: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio036.pdf . Acesso: 11 dez. 2018.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 138-164, set.-dez., 2020.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil**: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede *Farm to Cafeteria Canada* (F2CC), no Canadá. 2016. 357 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2016.

CRUZ, Fabiana Thomé da. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais**: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra – RS. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CRUZ, Fabiana Thomé da. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.58, n.2, e190965, p.1-21, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CLEPS JUNIOR, João; SOBREIRO FILHO, José; LEITE, Acácio Zuniga; SODRÉ, Ronaldo Barros; PEREIRA, Lorena Izá. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 333-362, dez, 2020.

FERRARI, Onorina Fátima. A organização espacial do Agreste e do Sertão de Alagoas: a definição dos centros urbanos. **Cadernos de Geociências**; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, n.1, Edição Especial, Rio de Janeiro, p.01-53, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 1995, 2006 e 2010**. Disponível: www.ibge.gov.br . Acesso: nov. 2021.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Disponível: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> . Acesso: 19 abr. 2022.

MARSDEN, Terry. Theorising food quality: some key issues in understanding its competitive production and regulation. *In*: HARVEY, Mark; MCMEEKIN, Andrew; WARDE, Alan. **Qualities of food**. New York: Palgrave, 2004. p. 129-155.

MENASCHE, Renata. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa**: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. 2003. 287f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RG, 2003.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **As fabriquetas de queijo**: uma estratégia de reprodução camponesa no município de Itabi/SE. 2001. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2001.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do Território Sergipano das Fabriquetas de Queijo**. 2009. 359f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2009.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Comida de ontem, comida de hoje. O que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? **OLAM – Ciência e Tecnologia** –, Ano 13, v. 1, n. 2, p.31-58, jul/dez. 2013.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **Queijo artesanal**: configurações territoriais: experiências escalares do global ao local (o caso de Sergipe). São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

MERGAREJJO NETTO, Marcos. **A Geografia do queijo minas artesanal**. 2011. 421 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro/SP, 2011. Disponível: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104382/000695435_20161222.pdf?sequence=1 . Acesso: 14 jul. 2018.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira**: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

POULAIN, Jean-Pierre; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, v. 16, n.3, p. 245-256, jul./set., 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTANA, Adrielli Santos de; SANTOS, Gesmar Rosa dos. Impactos da seca de 2012-2017 na região semiárida do Nordeste: notas sobre a abordagem de dados quantitativos e conclusões qualitativas. **Boletim regional, urbano e ambiental do Ipea**, 22, p.119-129, jan.-jun. 2020. Disponível: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10392/1/brua_22_ensaio_ambiental_artigo_9.pdf. Acesso: 22 set. 2020

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 11ª ed. São Paulo; Edusp, 2018.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, Raqueline da Silva. **Reforma agrária e educação do campo**: as contradições do PRONERA em Alagoas (1998-2008). 2014. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2014.

SCHWENK, Lunalva Moura; CRUZ, Carla Bernadete Madureira. Conflitos socioeconômicos-ambientais relativos ao avanço do cultivo da soja em áreas de influência dos eixos de integração e desenvolvimento no Estado de Mato Grosso. **Acta Scientiarum. Agronomy**, Maringá, v. 30, n. 4, p. 501-511, 2008.

SILVA, Thieres G. F. da; MOURA, Magna S. B. de; SÁ, Ivan I. S. ZOLNIER, Sérgio; TURCO, Sílvia H. N. SOUZA, Luciana S. B. de. Cenários de mudanças climáticas e seus impactos na produção leiteira em estados nordestinos. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande/PB, v.14, n.8, p.863–870, 2010.

SILVA, José Natan Gonçalves da. **Territórios queijeiros**: tradição e ressignificação no Sistema Agroalimentar Localizado do leite em Alagoas. 2021. 271f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2021. Disponível: <<https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14944>>. Acesso: 14 maio 2022.

SOUZA, Alexandre Lifonso de et al. Tripanossomose bovina em um rebanho leiteiro no município de Monte Carmelo, Minas Gerais: relato de caso. **Pubvet**, v.13, n.10, a437, p.1-5, out. 2019. Disponível: <file:///C:/Users/Natan/Downloads/tripanossomose-bovina-em-um-rebanho-leit.pdf>. Acesso: 14 jan. 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

WILKINSON, John; MIOR, Luis Carlos. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p.29-45, 1999.

WOORTMANN, Klaas. “**Com parente não se neguceia**”: o campesinato como ordem moral. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

Recebido em 29/07/2022 Aceito para publicação em 23/11/2022
--